economia

Galípolo vê cenário atual mais desafiador que o de 2025-2026

Presidente do BC ressaltou desafios extras dos países emergentes

/ CONJUNTURA

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou ontem que o cenário atual é mais desafiador do que o registrado no biênio 2025-2026, quando o conjunto de dados apontava para uma mesma direção. "É um cenário mais difícil realmente para um banqueiro central, em especial em um país emergente", disse Galípolo, que emendou que países emergentes têm requintes adicionais de complexidade em situações como essa.

O presidente do BC mencionou que os respondentes do questionário pré-Copom (QPC), ao serem perguntados sobre o intervalo de confiança para a projeção de atividade, indicam uma cauda mais gorda para uma desaceleração superior a hoje prevista pela mediana.

"É difícil você encontrar alguém que esteja hoje esperando que a gente vá ver uma economia mais dinâmica a partir dos próximos anos", emendou Galípolo. Ele também citou o boletim Focus publicado há pouco e destacou que a revisão de PIB para baixo, enquanto há revisões de Selic, dólar e inflação para cima.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC



Galípolo vê importância em compreender a desancoragem da inflação

Para o presidente do BC, a questão de entender o que motiva a desancoragem adicional das expectativas de inflação ganhou um grau de importância diferente no ciclo atual, em comparação a um ciclo onde todos os indicadores apontam para o mesmo lado, como o anterior.

"Ele é mais complexo do que os outros e acho que esse é um cenário que me parece de uma desaceleração. Ou seja, aquela discussão que a gente vivenciou de se a política monetária terá força, terá potência o suficiente para produzir aquilo que está no nosso comunicado, na nossa ata há algum tempo, esse equilíbrio entre oferta e demanda para que a gente possa perseguir, essa questão está relativamente bem endereçada", enfatizou.

Para Galípolo, o mundo se questiona menos uma ideia de que a política monetária não teria potência para conseguir produzir a desaceleração e um processo de convergência pela desaceleração. Hoje acho que são outros fatores que estão ali por trás desse processo de uma expectativa que está andando um pouco mais. E do outro lado, pensando em inflação.

Empresas serão fiscalizadas por 90 dias após fim da 6x1

/ TRABALHO

Uma portaria sobre o fim da escala 6x1 publicada ontem em edição extra do Diário Oficial da União prevê que empresas passarão por fiscalização com dupla visita nos primeiros 90 dias quando a emenda passar a valer, em 16 de dezembro deste ano.

Na primeira visita, companhias vão ser orientadas por auditores fiscais do trabalho sobre como se adequar à lei. Se na segunda visita continuarem descumprindo a emenda, serão alvo de autos de infração e precisarão pagar multa.

Essa é a primeira de uma série de portarias a serem publicadas pelo Ministério do Trabalho para tratar da implementação da nova jornada de trabalho. Todas serão publicadas até 16 de dezembro, quando passam a valer a jornada máxima de 42 horas semanais e os dois dias de descanso obrigatórios por semana.

A norma esclarece que o segundo dia de descanso, estabelecido pelo fim da escala 6x1, não será contabilizado para o cálculo de verbas variáveis, como hora extra, adicional noturno e comissão, em um esforço para manter a neutralidade salarial - sem aumento ou redução de salário.

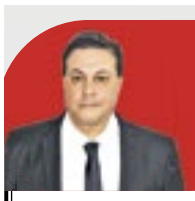
O governo aumentou o valor da hora extra com a redução da jornada, mas impediu que a criação do segundo dia de descanso provocasse, por si só, um aumento proporcional no reflexo das horas extras sobre o DSR (descanso semanal remunerado).

As próximas portarias devem trazer normas específicas de adaptação para diferentes categorias que tenham escalas e cargas horárias parecidas. Esse será o critério seguido pelo governo para agrupar, nos regramentos, setores que tenham leis específicas e regimes especiais impactados pelo fim da 6x1, como jornalistas, petroleiros, profissionais da saúde, entre outros.

As recomendações vão variar de acordo com o setor. No caso dos trabalhadores de plataformas de petróleo, por exemplo, a regra deve ser para que eles exerçam trabalho no regime de 14 por 21, em que trabalham por 14 dias e folgam nos outros 21, mantendo a dinâmica da atividade.

A portaria deve trazer segurança jurídica para as empresas do setor, por exemplo, quando os 21 dias não coincidirem no mesmo mês, de modo que não descumpram a lei.

O governo pretende agrupar nas portarias atividades econômicas com condições de trabalho similares, como limitações de jornada diária devido a questões de saúde e segurança.



Gerson Anzzulin
atencaonoseguro@gmail.com

Atenção no seguro

INFORME PUBLICITÁRIO

Senado destaca os 75 anos da CNseg

Em sessão especial ocorrida no dia 17 de novembro, o Senado Federal celebrou os 75 anos de atividades da Confederação Nacional das Seguradoras. A iniciativa do requerimento foi do senador Eduardo Gomes (PL-TO), que também presidiu a sessão. A solenidade contou com presenças de representantes do Legislativo, do Executivo, de órgãos reguladores e das principais instituições do mercado segurador.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, destacou que o seguro é um instrumento fundamental para garantir estabilidade social e econômica e precisa chegar a todas as pessoas, empresas e famílias, especialmente às mais vulneráveis.

CRÉDITO: DIVULGAÇÃO CNSEG



Dyogo Oliveira: "É necessário ampliar o acesso à proteção"

Para Dyogo, é necessário ampliar o acesso à proteção, inclusive entre aqueles que não dispõem de recursos ou de conhecimento financeiro e securitário suficientes para compreender os riscos aos quais estão expostos.

O presidente da CNseg ressaltou a evolução do mercado segurador brasileiro, cuja participação no Produto Interno Bruto passou de aproximadamente 1% para os atuais 6%. A transformação foi acompanhada pelo surgimento de novos produtos e pela incorporação de tecnologias e inovações, que posicionam o Brasil entre os mercados mais avançados do mundo nesse campo.

Ao destacar os avanços institucionais e regulatórios, citou a aprovação de importantes marcos legais, como a nova Lei do Contrato de Seguros, a legislação das Associações de Proteção Mutualista, a redução do Imposto de Renda sobre seguros e o novo Marco do Seguro Rural. Também mencionou a ampliação das possibilidades de utilização do seguro-garantia nas contratações públicas.

Para os próximos anos, o desafio é ampliar a presença do seguro na sociedade e avançar nas metas do Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, que prevê elevar a participação do setor a 10% do PIB.

A celebração dos 75 anos também projetou os desafios das próximas décadas: ampliar o acesso à proteção, fortalecer a cultura do seguro e consolidar o setor como parceiro estratégico do desenvolvimento econômico e da resiliência da sociedade brasileira.

Manual Técnico de Capitalização

A Federação Nacional de Capitalização lançou o Manual Técnico de Capitalização como Instrumento de Garantia em Concessões e Parcerias Público-Privadas. A publicação reúne orientações técnicas, regulatórias e operacionais para apoiar gestores públicos, empresas privadas, agências reguladoras, consultores e demais profissionais envolvidos nos projetos.

O documento apresenta o funcionamento do Instrumento de Garantia desde a contratação até a liberação dos recursos ou a execução da garantia em caso de inadimplência. Também explica os procedimentos, os documentos necessários, as responsabilidades dos participantes e as condições para o resgate total ou parcial dos Títulos.

